



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

70

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACORDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº

**ACÓRDÃO**



9

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 990.09.241190-0, da Comarca de São Paulo, em que é apelante DUÍLIO CORNIANI ALVES (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelados VANIA MERCIA DE OLIVEIRA MATOS (JUSTIÇA GRATUITA), KAREN DE OLIVEIRA MATOS (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), NICOLE DE OLIVEIRA MATOS (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e TOKIO MARINE SEGURADORA S/A (ATUAL DENOMINAÇÃO).

**ACORDAM**, em 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, POR VOTAÇÃO UNÂNIME", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores AMORIM CANTUÁRIA (Presidente) e RICARDO PESSOA DE MELLO BELLI.

São Paulo, 28 de abril de 2010.

**SEBASTIÃO FLÁVIO**  
RELATOR



**Voto nº 19.297**

Apelação sem revisão nº 990.09.241.190-0 – São Paulo

Apelante: Duílio Corniani Alves

Apelados: Vânia Mércia de Oliveira Matos; Tokio Marine Seguradora e outros

RESPONSABILIDADE CIVIL. Acidente de trânsito. Morte. Manobra de derivação à esquerda. Invasão da contramão de direção. Excepcionalidade. Intercepção da trajetória de ciclista. Culpa do réu reconhecida. Processo hígido. Ausência de cerceamento de defesa e de alteração da lide após a citação. Procedência parcial. Preliminar de nulidade do processo rejeitada e apelação denegada.



---

Ação de responsabilidade civil por ato ilícito, reportada a acidente de trânsito que culminou com a morte de ciclista de quem a parte autora era dependente economicamente falando. Pende também ação regressiva decorrente de denúncia da lide do réu a seguradora.

Bate-se o réu pela nulidade do processo por cerceamento de defesa e por alteração da lide após a citação. No mérito, clama por solução inversa, fundado em que a morte da vítima deveu-se à sua culpa exclusiva, pela conduta de imprimir velocidade imoderada à bicicleta na qual trafegava, a qual, assim, abalroou o automóvel dele quando realizava manobra regular. Combate a exigibilidade dos títulos que fazem parte da condenação e diz que não estão comprovados os danos morais.



Recurso regularmente processado.

É o relatório, adotado o da r. sentença quanto ao mais.

O apelante admite que operou à direção de seu automóvel manobra de derivação à esquerda, para ingresso em via pública adjacente; para isso, cruzou a contramão de direção, por onde rodava a bicicleta da vítima. Tinha ele dever legal de realizar a manobra com absoluta segurança e com inequívoca certeza acerca das condições favoráveis a tanto. É irrelevante que lhe haja ofuscado os olhos o farol de um ônibus ou mesmo que a vítima desenvolvesse velocidade imoderada à bicicleta, fato que, além de não comprovado, não atuaria, de qualquer modo, como causa



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Seção de Direito Privado  
Vigésima Quinta Câmara

4

determinante do evento.

Além do mais, em se tratando de manobra excepcional, é ônus do que a realiza comprovar de modo cabal sua regularidade, sem que, à evidência, possa se prevalecer da dúvida.

Daí que é inequívoca a responsabilidade indenizatória do apelante, com o ato de interceptar a trajetória regular do ciclista, em razão de manobra excepcional operada sem cuidados necessários.

Se houve o encerramento da fase de instrução do processo sem oposição das partes, deu-se a preclusão



---

para a invocação de cerceamento de defesa pela não realização de meio de prova indicado. Além do mais, cuida-se de requerimento de requisição de documentos cuja vinda aos autos não exigia a intervenção do juízo; poderia dar-se isso por instância da própria interessada.

A intervenção das filhas do morto no polo ativo da demanda não importou alteração da lide, porque a indenização devida não se altera em razão de um número maior ou menor de dependentes. A questão será melhor desenvolvida ao ser tratada a indenização por danos morais.

Corolário natural da conduta culposa do réu e do evento morte, é o direito à pensão independentemente do recebimento daquela a cargo do Seguro Social, cujo fato



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Seção de Direito Privado  
Vigésima Quinta Câmara

6

gerador é diverso e, portanto, ambas inconfundíveis e incompensáveis entre si.

O dano moral não necessita comprovação de sua ocorrência real; é presumido do próprio fato da conduta ilícita e de seu resultado objetivo. Some-se ser de nossa experiência, e, portanto, constituindo fato notório, que a morte de parente próximo em nossa cultura sempre implica enorme sofrimento emocional.

A indenização por danos morais, como já salientado, não pode ser fixada tendo em conta o número de possíveis dependentes individualmente considerado, mas globalmente como algo único e indivisível; apenas há o rateio entre todos os beneficiários. No caso, a estipulação em duzentos e dez salários mínimos não está fora dos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Seção de Direito Privado  
Vigésima Quinta Câmara

7

---

parâmetros que a jurisprudência vem adotando para casos revestidos de severidade, como se dá com a morte de parente.

Daí entender-se que o ingresso das coautoras não importou alteração da lide.

As despesas com funerais, se razoável o valor apontado, é tido como presumivelmente despendido, e tem-se como irrelevante que haja sido suportada por terceiro em razão de contrato específico para essa cobertura. Prevalece mais como cominação; é um componente da sanção cominada para o caso de morte por ato ilícito.

h





Em face do exposto, rejeito as preliminares de nulidade do processo e nego provimento ao recurso.

Assinatura manuscrita de Sebastião Flávio, caracterizada por uma linha fluida e ondulada que se estende horizontalmente, com uma curva ascendente no início e uma descida no final.

**Sebastião Flávio**

Relator